



Os outros na descolonização Africana: uma análise da relação BRICS-África

Pedro Andrade Matos¹ • 10/11/2014

Resumo:

Este trabalho analisa a presença ou a participação de cada um dos países que formariam BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em 2001 no processo da descolonização africana (1950-1975). Com o objetivo de indicar que uma melhor compreensão da atual relação BRICS-África demanda uma acurada análise da participação desses países no período de lutas de independência africana. A referida participação ilustra a retórica e os ditames da Guerra Fria, onde interesses nacionais primaram sobre uma suposta solidariedade com os povos do Terceiro Mundo. Como conclusão, o trabalho aponta para o fato de que a tentativa da internacionalização das revoluções (socialista e comunista) se mostrou fracassada, resultado em parte da não compreensão da complexidade africana. E atualmente, a crítica endereçada ao comportamento imperialista e mercantilista dos BRICS no continente parece esbarrar também na mesma incompreensão.

Palavras-chave: África – BRICS - Descolonização.

Abstract:

This work analyzes the presence or participation of each of the countries that would form BRICS (Brazil, Russia, India, China and South Africa) in 2001 in the process of African decolonization (1950-1975). In order to indicate that a better understanding of the current BRICS-Africa relationship demand an accurate analysis of the participation of these countries in the period of African independence struggles. Such participation illustrates the rhetoric and the conjuncture of the Cold War, wherein national interests were conspicuous on a supposed solidarity with the peoples of the Third World. As a conclusion, the work points to the fact that the attempt of the internationalization of revolutions (socialist and communist) proved unsuccessful, in part a result of not understanding the African complexity. Moreover, currently, the criticism addressed to the imperialist and mercantilist behavior of BRICS on the continent seems bumping in the same misunderstanding.

Key words: Africa – BRICS - Decolonization.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação-PEC-PG da CAPES/CNPQ-Brasil. O autor agradece a Déborah Monte, Lucas Cunha e Rodrigo Teixeira pelos comentários e sugestões ao trabalho. Os erros e omissões são de inteira responsabilidade do autor. Aluno do Programa de Doutorado em Relações Internacionais da PUC Minas.

*Dizei-nos quais são as vossas necessidades e nós ajudar-vos-emos [...] sob a forma de empréstimos, de assistência técnica, [...] nós não buscaremos tirar nenhum proveito [...] tampouco realizaremos lucros, [...] nós não vos pediremos para integrardes tal ou qual bloco, [...] nós estamos dispostos a ajudar-vos como um irmão ajuda o seu semelhante.*²

Esse trabalho é de caráter ensaístico que explora, por meio de reflexões, o histórico dos países que atualmente formam os BRICS durante o processo de descolonização africana.

A descolonização do continente africano foi um processo de luta à libertação nacional. O termo descolonização recebe críticas, por produzir uma ideia de que como a colonização, a descolonização equivaleria a uma decisão unilateral das potências imperialistas, “remetendo o protagonismo de “descolonizar” às próprias metrópoles detentoras do poder de colonizar.” (VILLEN, 2013, p. 32). Por isso, ela precisa ser analisada e compreendida como uma palavra além da autônoma de colonização.

A descolonização não correspondeu à retirada voluntária das potências coloniais das regiões africanas; conceitualmente se refere “ao processo de emancipação da tutela e de ocupação

impostas aos territórios por um Estado estrangeiro.” (DROZ, 2008).

Embora alguns autores como Betts (2004) não a considere um processo político, e sim um punhado de atividades e eventos intermitentes acontecendo em salas de conferências, plasmado em protestos nas ruas das cidades, disputada nas selvas e montanhas. E o seu resultado não agradou ninguém, por causa das perdas humanas. Para o autor equivale a “um gesto espontâneo, mas simbólico, que ocorreu, mais apropriadamente, quando a regra política europeia na África cessa rapidamente.” (BETTS, 2004, p. 4).

Em termos de contextualização temporal, a descolonização se originou na década de 1930. A África só alcançaria o status décadas mais tarde, quando na metade da década de 1950 se formaram os primeiros partidos e movimentos reivindicando a formação da nação em cada uma das ainda colônias africanas e mobilizando a população na luta contra o domínio das potências coloniais; principalmente contra o Portugal que estava aplicando duras políticas à população local; notadamente em Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e em Guiné-Bissau.

No caso do Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) o

² Declaração de A. A. Arzumanyan, chefe da delegação soviética na Conferência da Organização da Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, no Cairo (1958), referência em: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe. (edit.) *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 27.

estopim da luta foi o massacre dos estivadores no porto de Pidjiguiti em Bissau a agosto de 1959, no qual trabalhadores reivindicando melhores condições de trabalho foram duramente reprimidos pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE³); culminando em 50 mortes e vários feridos. A tragédia despertou a consciência nacionalista, transformando-se em luta de libertação nacional na Guiné portuguesa em 1962.

Mas a denúncia contra o sistema colonial abrangia os abusos perpetrados em todas as frentes sociais, e o seu repúdio ecoava de e para toda a África. Perante isso, começa a se formar movimentos políticos nacionalistas. A título de referência, vale apontar alguns: Em 1954 já havia na Argélia a Frente de Libertação Nacional (FLN); em Angola, funda-se no mesmo ano a Frente Nacional de Libertação de Angola, e no final da década surge o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); e em 1966 funda-se a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) formado a partir de dissidentes da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Em Moçambique, cria-se a

Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em 1962. Na República Popular do Congo surge em 1970, o Partido Congolês do Trabalho (PCT).

Havia uma necessidade estrutural de longo prazo em transformar esses movimentos em partidos; “porque nós entendemos que para dirigir um povo para a libertação e para o progresso é fundamentalmente preciso uma vanguarda.” (CABRAL, 1976, p. 8), já que o movimento repousaria numa noção ampla, sem um projeto político definido e destituído de uma vanguarda.

Ainda que vários grupos políticos surgissem como movimentos, criados inclusive na clandestinidade, os mesmos almejavam se transformarem em partidos, ou até em movimentos, desde que fossem de lutas contra o imperialismo. Ambos, os movimentos e os partidos, foram contundentes na condenação da violência da dominação colonial. E tiveram o mérito “de abrir ao mundo suas campanhas de crítica ao sistema de exploração sistemática e racista do regime colonial português.” (VILLEN, 2013, p. 43).

Outrossim, se lançaram no ambiente internacional com o intuito de reivindicar o reconhecimento jurídico da guerra de libertação e despertar a solidariedade internacional. Entretanto, a questão que se coloca é: despertar a solidari-

³ A PIDE foi instituída em Portugal entre 1945 e 1969, antes era chamada de Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). Dentre as várias funções a PIDE atuava forte no setor de estrangeiros, segurança e fronteiras do Estado. Neste ponto, a sua principal ocupação eracombar qualquer tipo de ação que ameaçasse o regime ditatorial instaurado no período do Estado Novo em Portugal (1933-1974). Combateu também as ameaças e as revoltas principalmente nas colônias (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau) que estavam lutando pela independência.

idade de quem? Nesse contexto é oportuno contextualizar esses eventos no quadro da Guerra Fria (1945-1991), liderado pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Como Portugal era apoiado pelos Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e pela República Federal da Alemanha, Amílcar Cabral apontou que;

... a agressão portuguesa contra o nosso povo envolve também, os aliados de Portugal, inclusive os Estados Unidos, e a Grã-Bretanha. Eis, portanto uma outra vantagem da nossa luta: nos ajuda a reconhecer amigos e inimigos do nosso povo, da África. (DAVIDSON apud VILLEN, 2013, p. 26).

A estratégia então foi elevar a luta a uma dimensão continental, porque o inimigo sendo um só: Portugal, ele era uma peça movida pelos principais jogadores do tabuleiro internacional. Na verdade, Portugal serviria de fato como um país de intermediação dos interesses imperialistas no continente. E, dado que o colonialismo e o imperialismo se tratavam de faces de uma mesma moeda, a aniquilação de um anularia o outro.

Daí, a necessidade de uma África unida para contrapor a bruta força colonialista e imperialista. A frente disso, a luta passa a ser concebida como “um aspecto da luta geral dos povos oprimidos contra a dominação imperialista, da luta do Homem pela sua dignidade, pela libertação e progresso.” (CABRAL, 1976, p. 11). E se

tratava de uma luta armada ao mesmo tempo visava a restauração de uma nova ideologia. Destarte, o apoio a esse processo faria sentido, caso viesse de outro grupo de países que não aqueles de cunho colonialista e imperialista.

Não obstante, existia em alguns dos países imperialistas ainda que na clandestinidade movimentos simpatizantes a causa da libertação do Terceiro Mundo. Evidentemente o sistema colonial já estava desmoronando, carecendo de legitimidade. Em Grã-Bretanha existiam comitês de apoio a movimentos de libertação nos países africanos, especialmente para Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, liderados pelo africanista britânico Basil Davidson e pelo Lorde Anthony Gifford. Outro evento importante do período foi a Conferência Internacional de Apoio aos Povos das Colônias Portuguesas que aconteceu em Roma a Junho de 1970. Nesta conferência estavam presentes o Agostinho Neto do MPLA, o Marcelino dos Santos da FRELIMO e o Amílcar Cabral do PAIGC.

A Conferência em Roma foi importante, essencialmente quando o Papa Paulo VI recebeu os representantes dos movimentos deslegitimando, ainda que com bastante prudência, a política do regime salazarista, contrariando a parte conservadora da Igreja Católica portuguesa. A atitude do Vaticano foi relevante, na medida em que subsidiaria a alguns crentes católicos na condena-

ção ao sistema colonial; “pensamos que os católicos angustiados, agora podem nos apoiar tranquilamente porque sabem que o Papa não é a favor de tudo aquilo que vai contra a liberdade, a paz e a independência dos povos.” (CABRAL apud POLO, 2013, p. 216). Ainda que existissem nesses países personalidades e intelectuais preocupados com a causa terceiro-mundista, as suas posturas não resumiam a posição oficial do país. Na verdade, tratava-se de estudantes que reuniam em espaços específicos, às vezes em clandestinidade. Na Inglaterra, havia suporte do Partido Comunista; na França, da Federação dos Estudantes da África Negra na França (FEANF) e em Portugal, a Casa dos Estudantes de Império (CEI) constituiu-se berço de vários líderes africanos, dentre eles, Amílcar Cabral e Agostinho Neto.

Então, quais eram os amigos dos movimentos e partidos africanos? Há que se notar que a maioria desses partidos era de formato marxista-leninista. De modo que, parecia óbvio eles receberem a ajuda da União Soviética e sinergia ideológica do Partido Comunista da União Soviética; ainda que o Movimento dos Não Alinhados⁴ servisse de refúgio para aqueles que não

queriam fazer parte da divisão do mundo em blocos, o qual pode ser detectado no discurso do Primeiro Ministro do Quênia, Jomo Kenyatta (1964-1978), ao discorrer que,

O objetivo do meu governo, que se inicia hoje não é ser pró-esquerda ou pró-direita. Vamos buscar a tarefa de construção nacional na amizade com o resto do mundo. Ninguém nunca vai poder nos dizer, para me dizer: você deve ser amigável para assim e assim. Vamos permanecer livre e quem quiser amizade com a gente deve ser um verdadeiro amigo. (TALTON, 2010, p. 1).

Contudo, a postura dos países não alinhados não pode ser confundida com o neutralismo, haja vista que vários relacionavam com as duas potências da época, ao mesmo tempo. De fato, a sobrevivência econômica imperava em vários momentos em detrimento da ideologia política.

O ponto a ser retomado é que não foi somente a União Soviética a direcionar influência e ajuda tanto militar quanto financeira para os movimentos e partidos africanos. A Índia, ao ganhar a sua independência em 1947 passa a servir de inspiração para que outras colônias, sobretudo na África, seguissem o mesmo caminho de libertação nacional; o país passa a liderar

⁴ O Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) foi uma iniciativa dos países ex-colônias que teve seu marco inicial na Conferência de Bandung em 1955. Os principais pilares da conferência eram: (1) respeito mútuo para a soberania e integridade territorial, (2) não agressão mútua, (3) não interferência nos

assuntos internos de outros países, (4) igualdade e benefício mutuo, e (5) coexistência pacífica.

os principais movimentos de solidariedade aos povos do Terceiro Mundo.

Na China, a Revolução Comunista (1946-1950) que foi definida também como a Guerra de Libertação serviu de referência para vários partidos de perfil comunista que brotavam na África. Na mesma esteira de influência ou parceria construída na África, vale ressaltar o papel do Brasil, que mesmo comportando de forma dúbia e tímida, conseguiu romper com o silêncio marcante na sua relação com o continente, inaugurando a sua política "africana". E por fim, a África do Sul, o país surge do outro lado, sob o regime de apartheid apoiava os movimentos de direita como forma de barrar o vírus de libertação nacional na sua fronteira.

No título, a referência à palavra "os outros" não assume um sentido pejorativo, antes o contrário, porque se por um lado, costuma-se analisar os países capitalistas e imperialistas nas lutas de libertação nacional africanas; por outro, oblitera-se a compreensão e a participação de países de outras configurações políticas e econômicas nesse mesmo processo. E quem são esses países?

De início pode-se afirmar, ambos fazem parte do BRICS, acrônimo criado por Jim O'Neil em 2001, para se referir às economias emergentes que exerceriam papel importante nos

anos seguintes. O grupo também exerceria uma função preponderante no contexto Sul-Sul, auxiliando os países mais pobres da região, inclusive os da África. Em 2011, no relatório⁵ sobre o crescimento econômico da África subsaariana, o Fundo Monetário Internacional (FMI) ressaltou que o crescimento e o aumento do comércio da região foram graças ao início das relações com esses novos parceiros e com demais economias emergentes.

Vale ressaltar que a diplomacia desses países para África foi vista numa perspectiva diferente a dos países do Norte (Estados Unidos e Europa). Enquanto a do Norte era vista como imperialista, a diplomacia dos membros do BRICS, pelo menos num primeiro momento, foi vista como a que melhor compreenderia as necessidades africanas; pois, anunciavam: a solidariedade (Brasil), mutual beneficial relationship (Rússia), free approach diplomacy (Índia), win-win relationship (China) e moral leadership (África do Sul), tipos de diplomacias ausentes na relação entre o continente e os seus parceiros tradicionais do Norte.

A indagação que surge diante dessa tipificação é; a atuação dos BRICS na África é real-

⁵ Maiores informações podem ser encontradas no link: <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/pr/2011/pr11366p.pdf>. Acesso em: 15 Mai. 2014.

mente diferente da atuação do Norte? Porém, a referida pergunta não faz parte deste trabalho, a despeito da sua importância, e que inclusive já foi enfrentada por alguns autores⁶. Mas, faz-se necessário readequá-la e recuar o seu recorte temporal porque é justamente a sua análise anterior que propiciará uma melhor compreensão da atual relação BRICS-África. Destarte, interessa ao trabalho saber, se realmente a atuação de cada país que formaria o BRICS em 2001 foi diferente ou não das potências imperialistas da época no processo da descolonização africana? Esse é o panorama que ornamenta a análise do ensaio.

Brasil

O Brasil e os países africanos possuem relações que remontam a expansão marítima ibérica iniciada no século XV, coroadas nos séculos seguintes pelo comércio de escravos. E em termos políticos, embora relações formais entre si iniciassem a partir de 1960; quando no Brasil, Jânio Quadros (1961) inaugura a Política Externa Independente (PEI) e na África, começa-se a criar os primeiros Estados formais, com a independência do Gana (1957); ensaio de aproximação política já havia acontecido, século antes, no contexto da independência brasileira (1822) no

qual, por exemplo, Angola, Moçambique e Cabo Verde almejavam se libertar de Portugal para se unirem ao Brasil independente. O caso de Angola é emblemático, pois;

Neste Reino existe hum numeroso partido, o qual tem insinuado ao povo: quanto lhe seria proveitoso o fazer cauza comum com o Brasil, pondo-se debaixo da sua protecção: que não podendo este país passar sem o tráfico da escravatura, sua principal renda e riqueza, so o commercio do Brasil lhe pode ser vantajozo: que Portugal, em consequência da sua posição geográfica e fraqueza, nem pode defender este reino, nem exportar suas produções. Estas e iguaes sugestões inquietão sobre maneira o espírito público, o qual he principalmente derigido por alguns homens ricos, cujos interesses estão intimamente ligados com o commercio da escravatura para os Portos de Rio de Janeiro, e Pernambuco. (CONSELHO ULTRAMARINO ANGOLA apud PEREIRA, 2011, P. 54).

O projeto não se concretizou, dado que um dos regimentos em Luanda revoltara contra a Junta, tornando a situação ambígua no que tange a independência e uma junção com o Brasil e da permanência dos vínculos com o Portugal. Todavia, a não concretização não desqualifica a sua importância histórica; muito antes o contrário, constitui-se um esforço para compreender as raízes e os motivos do súbito reconhecimento, por exemplo, da independência de Angola em 1975 e de ampla relação política entre Brasil e os demais países lusófonos na África.

⁶ A título de referência e consulta indica-se: CARMODY, Pádraig. *The Rise of the BRICS in Africa: The geopolitics of South-South relations*. London: Zed Books, 20013, p. 170 e BRAUTIGAN, Debora. *The Dragon's Gift: The real story of China in Africa*. New York: Oxford University Press, 2009.

Do século XV a metade do século XIX, Brasil e os países africanos mantiveram relações contínuas e consideráveis em termos de comércio. Mas, a partir de 1850, a imagem da África no Brasil ondula entre "mitos" e realidades, desenhada e trazida pelos portugueses, quando, sobretudo se instaura no país no final do século XIX a política de branqueamento, incentivando a imigração europeia para o Brasil. O problema é que suscitava esse processo numa lógica de superioridade da raça branca, inferiorizando os negros, ao mesmo tempo profetizando que haveria no país uma "convivência harmônica entre as duas raças" conferindo ao branco o papel mentor dessa harmonia. Ademais, o branqueamento não só esteve presente na configuração racial do Brasil como também imperou sobre a produção acadêmica. O século XIX foi essencialmente um período de teorias racialistas, elaboradas a partir de uma visão eurocêntrica do mundo, e que respingou com muita força no Brasil, principalmente nas ciências sociais.

Esse rápido desvio no recorte temporal feito pelo ensaio é útil na medida em que balizará a compreensão da atitude e comportamento do Brasil, referente à descolonização africana.

Pois, sem delongas, nota-se que o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) não definiu com clareza a sua posição em relação ao colonialismo africano. Já que o país possuía "re-

lações profícuas com o Portugal no qual se desenvolvera uma política de aproximação e favorável a Portugal na ONU, com isto JK não assumiu uma atitude de veemente condenação ao colonialismo" (LUIZ CERVO e BUENO, 2002, p.301). O seu governo estava preocupado com as relações do Brasil aos países industrializados, principalmente aos Estados Unidos, ainda que reconhecesse a importância dos afro-asiáticos no cenário internacional.

A relação com o continente africano muda totalmente, com a ascensão do Jânio Quadros ao poder (1961) freando o alinhamento automático com os Estados Unidos, e inaugurando uma nova Política Externa Independente, com enfoque aos países do Segundo e do Terceiro Mundo.

De início, Quadros demonstrava que o Brasil não podia se comportar com timidez diante dos problemas que assolavam o continente africano, especialmente as lutas de independência. E que uma posição ocupada na África permitiria ao país ampliar as suas relações internacionais. Enquanto isso, o Itamaraty havia recomendando uma postura neutra do país nos assuntos locais.

De qualquer modo, a relação ganha um contorno diferente; na medida em que Estados africanos foram criados, os mesmos se lançavam

na seara internacional a procura de parceiros importantes. Ainda assim, o momento foi visto “somente por algumas partes da sociedade: os que ocupam das relações diplomáticas e internacionais e os professores e alunos que se interessam pelos estudos sobre o continente.” (RODRIGUES, 1982, p. 37). Neste sentido, vale apontar a figura da Maria Yedda Linhares, que se tornou um dos primeiros professores a ensinarem a história da África no Brasil, no início da década de 1960. Até então não havia disseminação da África nas universidades brasileiras.

No entanto, a novidade maior proviria da diplomacia do governo Quadros. O que o presidente fez, foi até então sem precedente. Ele nomeia em 1961, Raymundo Souza Dantas como o primeiro diplomata negro a representar o Brasil na África, mais concretamente em Gana (1957) que havia se tornado independente sob o comando do Kwame Nkrumah. Porém, a nomeação produziu um imbróglio e desvelaria as sequelas reinantes da divisão racial no país. A indicação demonstrou uma leitura truncada feita pelo Brasil da dinâmica sociorracial africana e tentou repassar aos países africanos uma falsa imagem social harmônica interna; quando na verdade, o próprio Souza Dantas não fazia parte do seleto grupo da elite do Itamaraty, ele era oficial do gabinete do governo de Quadros. De fato, a população negra da sociedade não disfrutava de

altos cargos brasileiros, especialmente da carreira diplomática.

A realidade reproduzida pelos diplomatas e intelectuais brasileiros, demonstrou total resistência à nomeação de Souza Dantas, principalmente pela sua cor. Esse quadro chacoalharia a noção de Bezerra de Menezes (1956), fundada na tese de Gilberto Freyre de que no Brasil existiria uma igualdade racial e social quase que perfeita (DÁVILA, 2011). A leitura do “mito” da democracia racial na obra do Freyre descortinou e mostrou a frágil parede africana feita pelos brasileiros no seu edifício social. Para o diplomata, o preconceito racial professado pelos seus “colegas” lhe limitou a preconizar os objetivos traçados pela sua missão diplomática, “o levando a repensar a relação entre ser negro e representar o Brasil.” (DÁVILA, 2011, p. 59), - essas reflexões podem encontradas no seu livro: *África difícil* (Missão Condenada: Diário)-. Contudo, a questão que se coloca é: representar o Brasil onde?

A África era um “lugar imaginário”, “que se refletia na cultura brasileira, em seu passado, em seu futuro e em seu relacionamento com o mundo.” (DÁVILA, 2011, p. 15). Mas, as informações que chegavam ao país eram desatualizadas. No imaginário popular recrudescia a imagem estática de uma África milenar, povoada por grandes animais, ao mesmo tempo rodeada por pobreza e por escravos. Não obstante a per-

manência de algumas dessas realidades, a mesma África havia mudado, e vivia um momento crucial para o seu reposicionamento no trilho histórico. E pelo qual, principalmente a África da língua portuguesa desejava contar com o apoio de países amigos, notadamente do Brasil.

A reação africana à indicação diplomática veio por intermédio do primeiro presidente do Gana independente, o Kwame Nkrumah (1960-1966) que criticara veemente a indicação brasileira baseada na cor, afirmando que o Brasil era racista, sugerindo que enviasse um negro para a Suécia.

O desconforto africano, frente à dubiedade da política externa brasileira ecoou no país, fazendo com que o governo subsequente, João Goulart (1961-1964) repensasse uma atitude contestatória a política portuguesa nos países africanos. E apesar do Brasil, no período não tivesse uma política sobre o assunto colonial, “o mesmo se propunha a participar junto com os países africanos da melhor forma para reverter o quadro colonial na África.” (SARAIVA, 1996, p. 27). Entretanto, pressões vindas de Portugal, de seus aliados (Estados Unidos, França, Espanha, Grã-Bretanha) na ONU, e principalmente da comunidade portuguesa no Brasil barravam as investidas do presidente em condenar a política da potência colonial em causa.

A única manobra de realce no governo João Goulart aconteceu em 1962, quando Brasil, absteve-se duas vezes em votos no comitê ad hoc, criado pelas Nações Unidas, reproduzindo a posição favorável a independência dos países africanos, principalmente de Angola. A sua consequência rompanete foi o estremecimento das relações com o Portugal. Sem embargo, de forma geral, a política "africana" do governo Quadros continuada por Goulart foi marcada por equívocos e poucos resultados concretos, “não foi mais além da abstenção dos votos na ONU referente aos assuntos angolano e argelino; o Brasil vacilava, em detrimento das suas relações anteriores com o Portugal.” (CERVO; BUENO, 2002, p. 321).

Com o golpe militar em 1964, Brasil é redirecionado ao eixo estadunidense e português, freando o tímido avanço anterior no que concerne a descolonização africana. Embora, interesses do governo de Léopold Senghor (1960-1980) preocupado que a guerra na Guiné portuguesa, sua vizinha, transbordasse a Senegal tentou “convencer o Brasil a se tornar um intermediário entre Portugal e os movimentos para independência em suas colônias, usando a potencial influência brasileira sobre Portugal.” (DÁVILA, 2011, p. 146). Segundo este autor, a política externa senegalesa foi sinalizada como “imatura” em detrimento da política “madura” de Portugal, de modo que encontrou poucos defensores no

Brasil. Porém, a conjuntura da década seguinte remodelaria a relação do país com aquele continente.

A crise de petróleo (1973) fez com que o governo Médici (1969-1974) redefinisse as suas fontes de provimento e novos mercados, com isso incorporou-se a dimensão atlântica na sua política externa; emanando a construção de laços preferenciais com as nações que estavam se libertando do jugo político português (SARAIVA, 1996). Ainda que estes laços fossem para satisfazer as necessidades econômicas nacionais, do que auxiliar os países africanos na luta de libertação, o cenário internacional estava insustentável para a legitimidade do sistema colonial.

Em 1974, Portugal reconheceria, com a Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974), que destituiu o regime ditatorial do Estado Novo Português, a sua fraqueza interna e a insustentabilidade na sua política colonial. No Brasil, ações independentes e sem consulta a Portugal estavam acontecendo. O presidente à época do Brasil Gal. Ernesto Geisel (1974-1979) já havia reconhecido a independência de Guiné-Bissau, em 1974, antes do anúncio do governo Português para assinar o acordo de transferência de poder ao PAIGC.

A manobra diplomática mais saliente foi o reconhecimento da independência angolana

em 1975. Brasil havia sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, triunfada pelo Movimento para a Libertação Nacional de Angola (MPLA) sob o comando do Agostinho Neto, apoiado pela União Soviética e pela Cuba. Todavia, internamente, produziu-se um embaraço. Não houve problema em reconhecer a independência do país, e sim em reconhecer o seu novo governo, que foi apoiado pelos países com governos de esquerda; quando no Brasil imperava o regime militar de direita e a sua ala mais radical percebia a aproximação com governos de esquerdas uma ameaça ao regime vigente.

A participação militar de Cuba na guerra de independência angolana, apoiando o MPLA atrapalharia a neutralidade brasileira em reconhecer a independência fosse ela triunfada por qualquer um dos movimentos de luta angolana. Havia receio de Cuba sendo um país latino-americano exportasse a revolução comunista para a sua região (SILVA, 2008). Esse temor era proveniente da postura política brasileira de anos antes, no governo Costa e Silva (1967-1969), que foi obrigado a abandonar a inserção brasileira na África, e retomar as costumeiras relações com a metrópole: posicionando contra o comunismo cubano além de ter apoiado o colonialismo português e não criticar enfaticamente o regime de apartheid na África do Sul. De modo que, a presença de Cuba no processo de independência angolana, traduzir-se-ia em uma manobra difícil ao governo brasileiro. Mesmo que o

governo do período soubesse da participação de Cuba nesse processo, o cuidado era para que a sociedade brasileira não descobrisse, pelo menos naquele instante.

De fato, o reconhecimento da independência angolana não fora uma decisão do momento; ela foi tomada antes de 1975, ficando definido que qualquer movimento político angolano que conquistasse a independência, esta seria reconhecida pelo Brasil. O diplomata Ítalo Zappa apontava que a relação do Brasil com a África, em especial com Moçambique e Angola no período de independência não tinha como objetivo influenciar ou favorecer qualquer movimento que estava disputando o poder, Brasil seria,

Absolutamente isento, equânime e neutro entre todos eles e estaria pronto a reconhecer aquele que, sobrevinda a independência, tivesse alcançado o poder. (...) O que o Brasil verdadeiramente pretendia com a criação antecipada de missões diplomáticas nas colônias portuguesas era ir planejando desde logo um relacionamento intenso com Angola e Moçambique. (ZAPPA apud SILVA, 2008, p. 131).

No caso de Moçambique a manobra exigiria maior destreza, porque ali o rancor ficou mais saliente. Em 1974, o primeiro ministro do governo de transição, Joaquim Chissano, tinha respondido com três perguntas às questões colocadas por um repórter da TV Globo, no que tangenciava as futuras relações Brasil-Moçambique: “a) o que havia o Brasil feito em favor dos movimentos de libertação africanos?; b)

o que havia feito em favor da FRELIMO?; c) e o que estaria disposto a fazer em favor de Moçambique?” (FILHO; LESSA, 2007, p. 73). No mesmo tom, o líder da FRELIMO e presidente do país, Samora Machel (1975-1986) desabafou, apontando que esperava um comprometimento maior do Brasil na luta de libertação nacional, diante das vicissitudes que os dois países passaram e da semelhança cultural e histórica. Diante do fraco ou inexistente comprometimento do Brasil nesse processo, Moçambique foi relutante a abertura da representação brasileira em Lourenço Marques (atual Maputo). E na altura da sua independência, o país não convidou Brasil para as comemorações (PENNA; LESSA, 2007).

União Soviética/Rússia

Com a revolução bolchevique (1917), Lenin havia prometido a cooperação do recém Estado Soviético a todos os povos colonizados, principalmente a África; ao passo que no campo ideológico ele identificou limites para a expansão da doutrina socialista, porque a direção dos movimentos africanos estava nas mãos da burguesia nacional progressista e não na da pequena classe operária. Anos mais tarde, Stalin (1922-1953) repontou a esse limite, anunciando que havia um estrito foco ideológico no que concerne a revolução socialista internacional. “e não acreditava que

era o momento certo para a África fazer a transição para o socialismo.” (BERVOETS, 2011, p. 1).

A influência da União Soviética em alguns países africanos começa a emergir de forma mais contundente com o Nikita Khrushchov (1953-1964), no contexto da Guerra Fria. O país avança nas relações diplomáticas com os recém-Estados independentes, notadamente Líbia (1947), Sudão (1956), Gana (1957), Mali (1960), Argélia (1962). Eles constituíam o "bloco de Casa Blanca", ou os "casablanquistas"⁷ que eram intelectuais e políticos pan-africanistas, defensores dos reais interesses africanos, e exaltavam a unidade continental e uma ruptura total com as metrópoles; enquanto outra ala, os "monrovistas"⁸, tinha outra noção sobre a unidade africana, explorando o projeto de Negritude e defendia uma posição mais moderada ao neocolonialismo baseada na relação igualitária entre as potências e as colônias. Mesmo assim, havia entre si uma solidariedade regional. Em 1963, na Etiópia (Addis Abeba) as duas alas resolveram "conciliar" as suas posturas para criar uma organização capaz de galvanizar as aspirações compartilhadas, intitulada de Organização da Unidade Africana.

O primeiro bloco tinha uma envergadura maior para o partido soviético. No vigésimo segundo Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1961) Marrocos foi convidado a participar; nesse encontro, Krushchov apresenta a sua doutrina do Estado Nacional Democrático na qual apresenta etapas em que países da África pudessem ignorar o capitalismo e avançar para o reforço do socialismo: a fase democrática nacional, e a fase democrática revolucionária; “na primeira fase, um país simplistamente tem que ser "anti-imperialista"; na segunda fase, um país tem que fazer um compromisso ao socialismo na arena socioeconômica.” (BERVOETS, 2011, p. 2).

Bervoets (2011) baliza a incursão socialista soviética na África, indicando duas perspectivas do socialismo. A primeira perspectiva, enraizada na década de 1960, lia que os soviéticos e africanos estavam unidos numa luta contra as opressões imperialistas, e ambas as regiões estavam sob a luta de classes; daí, “a missão soviética de ajudar os africanos a perceberem que a única cura de seus problemas sociais, econômicos e políticos seriam a unificação de classe trabalhadora contra a burguesa.” (BERVOETS, 2011, p. 2). E, de acordo com esse pensamento, dada a experiência africana sobre o imperialismo, só restaria aos países escolherem os benefícios sociais e econômicos do socialismo. Contudo, Cabral

⁷ Faziam parte deste grupo Egito, Gana, Mali, Guiné-Conacri, Marrocos, e Frente de Libertação Nacional Argelina.

⁸ Grupo composto por Senegal, Tunísia, Libéria, Camarões e Costa do Marfim.

(1975) ressalta, por exemplo, em se tratando de Guiné-Bissau e Cabo Verde, a luta anticolonial era uma luta de libertação nacional, e desse modo, deveria se assentar num todo, sem divisão de classe. Outrossim, inexistia nesses espaços uma classe operária coesa e desenvolvida; então, caberia somente a pequena burguesia assumir o controle do Estado pós-colonial. Porém, ainda conforme Cabral (1975), a pequena burguesia africana só exerceria este controle caso houvesse em termos políticos “o suicídio da burguesia como classe”, e “reencarnar-se na condição de operários e camponeses” e formar “uma burguesia honesta comprometido com os interesses fundamentais das massas populares do país.” (CABRAL apud VILLEN, 2013, p. 181). Outra alternativa seria, a burguesia se aliar as potências coloniais enquanto ilusoriamente esperassem os benefícios da sua posição social. Neste ponto, Joseph Ki-Zerbo foi enfático ao assinalar que a magra burguesia nacional não iniciaria o desenvolvimento econômico no continente por três motivos:

Primeiro, porque só recolhe algumas migalhas do bolo econômico, uma vez que não controla as engrenagens fundamentais da economia... Segundo, porque a poupança e a acumulação continuam sendo muito fracas, devido ao clientelismo africano, por um lado, e à mentalidade da burguesia africana por outro lado... Terceiro, porque não há acumulação local, uma vez que os fundos acumulados são transferidos para os paraísos fiscais no estrangeiro. (KI-ZERBO, 2006, p. 37-38).

Isto posto, Cabral via “o suicídio de classe como única alternativa à pequena burguesia.” (VILLEN, 2013, p. 181) para o triunfo da revolução africana e uma estratégia política de libertação nacional.

A segunda perspectiva se forma no início dos anos de 1970 e traduzia a relação Soviético-África, num prisma menos ideológico, realçando as dificuldades de estabelecer o governo socialista mediante as ajudas externas soviéticas alocadas em áreas não protagonistas de mudanças socioeconômicas; “a ajuda para África foi concentrada mais no reforço militar do que no estímulo a economia.” (BERVOETS, 2011, p. 2). Ademais, Ki-Zerbo pondera, realçando que o modelo soviético e também o maoísta eram deslocados nos países da África, demasiado destoante das condições presentes em Moscou e Pequim. O autor relata o seu espanto ao constatar pessoalmente que nesses países não havia propriedade privada, sendo que até os pequenos serviços de cabeleireiro pertenciam ao Estado; “a experiência mostrou que isso não é eficaz, não é produtivo. Para mais, não é democrático, porque quando toda gente é funcionária, há tantos controladores quantos produtores.” (KI-ZERBO, 2006, p. 134). Esse era um modelo que não conseguiria embrenhar-se na complexidade africana e repelir dela os males impostos pelo imperialismo e pelo capitalismo ocidental.

Mesmo assim, a partir de 1960, a União Soviética acelerou o seu projeto de propagação do socialismo para os países do Terceiro Mundo, e não teve êxito. Entre 1965 a 1974 vários países africanos cortaram relações com este bloco e costurando relações com os Estados Unidos, por serem mais vantajosas economicamente. Apesar desse quadro, Angola passa a se constituir o novo vetor da projeção soviética no continente, recebendo ajudas militares e financeiras.

Porém, as ajudas, principalmente as financeiras eram condicionadas e respeitavam rigorosos parâmetros, tais como: relevância estratégica do país beneficiário, capacidade de reduzir a influência dos Estados Unidos e da China no continente, presença de matérias primas ao ponto de se constituir um mercado potencial e a sua incorporação à ideologia marxista-leninista (MULIRA; THIAM, 2010). E a Angola constituía um espaço que agregava esses parâmetros.

Por isso, em 1974, a União Soviética por intermediação do governo de Brazzaville reforçou a ajuda militar ao MPLA. Vale notar, que Brazzaville, mais especificamente o enclave de Cabinda que fica na fronteira com o Congo, constituía a base principal da operação de MPLA nos meados da década de 1960 (SILVA, 2008, p. 151). Este partido possuía um perfil marxista-leninista, ensejava uma ideia de unidade, a partir do centralismo partidário (CAPOCO, 2013).

Moscou também auxiliou no treinamento militar dos soldados do MPLA. No ano de 1974 treinou no seu solo 250 soldados e diante do apoio dos EUA ao FNLA, em 1975 enviou armas em quantidade considerável para fortalecer 20.000 homens na capital de Angola; ajudou também o PAIGC com arsenal importante de lança-roquetes Grap, canhões sem recuo de 82 mm e roquetes portáteis "Estrella 2". (PEREIRA, 2004). Em termos financeiros concedeu em 1963, US\$ 50 mil ao MPLA; em 1973 apoiou o PAIGC com US\$ 150 mil e US\$ 85 a FRELIMO, o financiamento era operado por meio do Fundo Sindical Internacional de Apoio às organizações Operárias de Esquerda. (PRAVDA, 2005).

As ajudas foram importantes para a virada da guerra a favor dos combatentes nacionais. Enquanto os soviéticos saíram vitoriosos em outras frentes; o apoio a esses movimentos "era uma oportunidade para se afirmar, ideologicamente, num jogo político com os movimentos independentistas angolanos investindo apoios políticos, militares e financeiros importantes para a luta anticolonial." (CAPOCO, 2013, p. 121).

As ideologias (capitalista e socialista) vigentes na Guerra Fria fizeram com que a URSS simpatizasse com a "internacionalização da revolução comunista" e de fato a Cuba já vinha, des-

de os meados da década de 1960 protagonizando papéis relevantes no seio do MPLA e nos demais movimentos de libertação nacional africanos. Através de armamentos, ajuda financeira e diplomática. O treinamento militar só poderia acontecer mediante o consentimento do país interessado, e os exercícios militares teria que ocorrer num terceiro país, no caso do MPLA, aconteceram-se no Congo Brazaville.

No campo ideológico, MPLA exaltava os ideais marxista-leninistas. O Agostinho Neto apontou que, “o marxismo-leninismo ensina e a realidade social demonstra que a questão basilar e decisiva de qualquer revolução é a conquista do poder do Estado.” (NETO apud CAPOCO, 2013, p. 113).

Entretanto, as revoluções precisariam ser ordenadas além da simples conquista de independência, haja vista que muitas das revoluções estavam se fracassando. Como fator principal, Cabral (1975) assinalou “as contradições inerentes à “natureza do poder político” dos Estados.” (VILLEN, 2013, p. 152). E era imprescindível compreender a “complexidade da independência”. De modo que, a afirmação de um real Estado independente na África, “terá de ser necessariamente um movimento de libertação no poder.” (CABRAL apud VILLEN, 2013, p. 152). Neste sentido, Cabral até sugere que o Palácio de Governo da Guiné Bissau fosse transformado

numa casa da cultura para o povo. Isso era importante, para que o povo entendesse que venceu o colonialismo. Destarte, o modelo socialista-leninista pareceu ao Cabral como o ideal a ser seguido, desde que remodelado a configuração africana e ele mesmo tomou a dianteira da sua modificação; sendo, por isso considerado o responsável pela adaptação exitosa do marxismo crítico e criativo ao contexto da África Negra (SECCO, 2013). Ao passo que o modelo socialista proposto pela União Soviética deparou com alguns obstáculos, em parte, pela incompreensão da complexidade do continente. Os historiadores soviéticos estavam preocupados com o continente como um todo, não havia políticas específicas para determinados países ou regiões africanos.

A caracterização da África como um grande país, advinha do período colonial “que severamente destruiu o continente, social, econômica e politicamente, e a rápida transição para a independência tem criado uma sociedade africana sem identidades nacionais diferenciadas.” (BERVOETS, 2011, p 3). Também, os soviéticos não conseguiram os resultados esperados, em face de fragmentação social, economias fracas, e rivalidades políticas criando instabilidade em todas as frentes, dificultando imensamente a transição ao socialismo no continente. Na concepção de Bervoets (2011), o falhanço soviético foi largamente resultado de erros na diplomacia e política soviética. A União Soviética “falhou na

tentativa de incitar a revolução no Egito, Gana, Mali e Sudão, que eram aliados da Soviética.” (BERVOETS, 2011, p.1). E os golpes militares em Argélia (1965), Mali (1968) e Gana (1966) dos líderes pró-soviéticos derrubaram os objetivos do país em transformar o continente num espaço de efervescência socialista.

Mas, em Angola, a partir da década de 1970, parecia que o projeto socialista estava ganhando terreno, mesmo no meio a guerra civil. Porém, a era Krushchov tinha terminado. A partir dali, a União Soviética redefine as suas ajudas a somente países situados no arco do puro socialismo. De acordo com Bervoets (2011) o critério das ajudas passa a ser a doutrina da "Democracia Nacional". Neste ponto, Angola teria que apresentar progresso na industrialização de sua economia, mais especificamente “nacionalizar suas indústrias, instituir reformas de propriedade e da terra, desenvolver a educação entre os seus povos para suportar a revolução cultural.” (BERVOETS, 2011, p. 2), princípios doutrinários ausentes num país que a assistia a deflagração da guerra civil (1974-2002) com impacto forte na sua economia. Ademais, a derrocada econômica e estabilidade política na União Soviética, a partir de 1980 minaram o projeto soviético em estabelecer um governo socialista em Angola.

Índia

A Índia e os países africanos tinham muitos laços em comum, devido à presença das ex-potências coloniais, principalmente da Inglaterra e de Portugal em ambos os territórios. De modo que, a interação maior foi com aqueles países do continente que mais receberam indianos, nomeadamente África do Sul, enviados como mão de obra, na época colonial pela Inglaterra para as plantations, na África do Sul e ilhas Maurícias.

Certa vez Mahatma Gandhi (1869-1948) afirmou que “o comércio entre Índia e África será das ideias e serviços não de bens manufaturados, contra recursos materiais dos exploradores Ocidentais.” (BHATTACHARYA, 2010, p. 63). Embora, décadas subsequentes (1990) assistiriam a uma virada ao pragmatismo. De certo que Gandhi conferiu as relações África e Índia um status ideológico, enquanto o primeiro ministro indiano entre 1947 a 1964 Jawaharlal Nehru lhes impingiu um caráter político.

Com a independência da Índia em 1947, vários países sob o jugo colonial se espolhavam no país para alcançar a sua liberdade política. Além disso, a filosofia do Gandhi que levou o país a independência inspirou uma geração de líderes africanos, incluindo, “Kwame Nkrumah do Gana, Obafemi Awolowo da Nigéria

ria, Julius Nyerere da Tanzânia e Kenneth Kaunda da Zâmbia.” (DUBEY, 2011, p. 190).

Jawaharlal Nehru participou ativamente de vários congressos e movimentos de libertação e de solidariedade dos povos, inclusive liderando-os para pensar lutas em comuns, contra o colonialismo e o imperialismo, neocolonialismo e racismo, principalmente, no contexto do Movimento dos Não Alinhados. Neste viés, Nehru criticava enfaticamente a modernidade pela sua relação íntima com o colonialismo e imperialismo; e a tendência da modernidade em torno de exploração e violência. Conforme destaca Dubey (2011), Nehru ajudou o processo de descolonização dos países africanos, que a seu ver tratava de uma extensão do próprio processo de descolonização indiana; condenou com vigor a discriminação racial na África do Sul, cortando relações diplomáticas com o regime de apartheid.

A Índia, nesse período foi caracterizada como o "poder moral" polida pela sua civilização milenar cujos traços solidários lhe distanciavam do Ocidente. Gandhi argumentava, enquanto a civilização ocidental foi inclinada na propagação da imoralidade, a tendência da civilização indiana foi de elevar o ser humano (CHACKO, 2012). Essa postura branda de poder foi transportada para apoiar os países africanos que estavam no processo de descolonização.

Contudo, no início dos anos de 1960, Índia superestimou o papel da África, em razão da sua força numérica, e, superestimou também, a importância e a prioridade dos africanos ligados a questões como a descolonização e igualdade racial. De acordo com Dubey (2011), a Índia falhou em perceber que questões como coexistência pacífica, altamente importante para o país, não encaixaria no inconformismo africano para a descolonização. De fato, os constrangimentos impostos pela Guerra Fria, e os problemas internos na Índia, confinaram a maioria do idealismo para a esfera da retórica (TAYLOR, 2012). A insistência indiana numa luta não violenta contra o colonialismo não atraía a maioria dos africanos.

Por outro lado, a exaltação chinesa pela luta armada parecia ganhar adeptos. Entre essas duas posturas, Cabral assegurava que “a única forma de repelir o estado de violência permanente da dominação imperialista seria a violência.” (VILLEN, 2013, p. 155). Porém, com “a consciência de que é o homem que guia a arma, não a arma que guia a sua consciência.” (CABRAL, 1975, p. 15). Assim, “o sentido da luta armada para Cabral não era o derramamento de sangue.” (VILLEN, 2013, p. 155). A luta armada surgia ao seu olhar como um ato político e reverberava na dicotomia destruir e construir. “Destruir a economia do inimigo e construir a nossa própria economia... Destruir os males físicos que o colonialismo nos causou e construir um homem

novo, mais forte e mais capaz.” (CABRAL, 1965, p. 155).

Na década seguinte (1971), sob o governo de Indira Gandhi (1966-1977), a política externa indiana conserva o seu corolário central: não alinhamento, relação mútua, rejeição do equilíbrio mútuo (CHACKO, 2012). Entretanto, o conflito na sua região acaba por lhe incutir novos papéis. O país ganha a guerra com o Paquistão; e o conflito Sino-Soviético e a Guerra Fria permitiram que a Índia assinasse o Tratado de Paz, Amizade e Cooperação com a União Soviética, ganhando o seu apoio, mas sem a necessidade de selar uma aliança (DUBEY, 2011). Ao mesmo tempo, o país realizava o seu primeiro teste nuclear, em 1974. Esses eventos fizeram com que se recuperasse a confiança como poder militar; reconfigurando, em parte, a sua relação externa com os países africanos para um prisma mais assertivo.

Em 1975, os restantes dos países africanos ganham a independência, com a exceção da África do Sul, da Namíbia e da Rodésia (atual Zimbabué), todavia os Estados independentes passam a enfrentar problemas financeiros para a engrenagem da máquina estatal. Neste contexto, a cooperação abarca outros temas, como a economia. “a mais importante mudança foi no campo da diplomacia econômica indiana para os países africanos.” (DUBEY, 2011, p. 191). Uma

mudança impingida também pelo interesse interno indiano. De qualquer modo, a Índia, mais uma vez toma a dianteira da liderança dos países do Terceiro Mundo nos principais fóruns que discutiam o tema, como o G -77, Conjunto dos Setenta e Sete Países criado na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 1964. Para os países ainda em luta de libertação nacional, Índia envolve com maior determinação. Já havia conferido em 1976, status diplomático ao Congresso Nacional Africano (CNA), movimento e partido sul-africano, lhe prestando ajuda militar e assistência, ainda que limitada.

China

A política "africana" da China pode ser dividida em três períodos: “um período normal de desenvolvimento (1949-1977), um período transacional (1978-1994), e o período de rápido desenvolvimento (1995 ao presente).” (ANS-HAN, 2008, p. 22). O referido trabalho concentra no primeiro período: (1949-1977), dado a coincidência desse marco com a descolonização africana.

Após a revolução chinesa de 1949, a China fabrica os objetivos da sua política externa, esgueirando para o campo de segurança e de reforma agrícola. Na verdade, o triunfo da revolução chinesa se mostrou um exemplo típico para

os países subdesenvolvidos, em transformar um país agricolamente atrasado em um país industrial avançado.

Na década de 1960, a política cultural externa chinesa tinha como finalidade primária estabelecer a amizade e depois reforçar a compreensão e por fim, estabelecer relações oficiais naturalmente. (PEOPLE'S REPUBLIC of CHINA apud HAIFANG, 2010, p. 53). Para os países do Terceiro Mundo, surgia o imperativo de estabelecerem cooperação cultural na primeira instância, pois lutavam contra os mesmos "males": o imperialismo e o colonialismo.

A respeito disso, as ajudas externas entre 1949 a 1960 foram direcionadas aos países socialistas e comunistas ou de movimentos nacionalistas radicais. E diante da deterioração das relações com a União Soviética no final dos anos de 1950, China acelera a sua aproximação com países pobres, na tentativa de constituir um contrapeso tanto a hegemonia soviética quanto ao imperialismo capitalista (BRÄUTIGAM, 1998).

Ainda que à visão de Pequim esse estilo diplomático não serviria para construir a influência chinesa nos referidos países, a relação passou a ser norteadada pelos princípios da Conferência de Bandung (1955) nomeadamente: (1) respeito mútuo para a soberania e integridade territorial, (2) não agressão mútua, (3) não interferência nos

assuntos internos de outros países, (4) igualdade e benefício mútuo, e (5) coexistência pacífica.

Na conferência estiveram presentes representantes de governos africanos que não eram legítimos, vários foram empossados com ajuda dos países imperialistas, principalmente pela França e pela Inglaterra. Assim, o encontro seguinte promulga duas mudanças e contribuições importantes. A conferência de Cairo (1957) além de assinalar a criação formal do Movimento de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos; foi uma "conferência de povos, representando não só governos, mas também povos." (KIMCHE, 1969, p. 96). Vale citar que a maior parte do orçamento desse movimento provinha da União Soviética e da China, ambos, disputavam entre si os países africanos membros do movimento. Houve, portanto, no decorrer vários encontros do Movimento de Solidariedade e outros adjacentes que marcaram desentendimentos sérios entre a China e a União Soviética e também, com a Índia. Durante a Segunda Conferência de Escritores Afro-Asiáticos decorrida no Cairo em 1962, China acusou os soviéticos de colocarem maior ênfase ao desarmamento e à coexistência pacífica do que na luta pela libertação colonial. (LEGUM apud KIMCHE, 1969, p. 106).

No encontro de 1963, em Moshi, Tanganica, o chefe de delegação chinesa Lin Ning-yi apresentou seis pontos de convergência de luta

contra o imperialismo, os quais eram de certo ponto uma extensão daqueles princípios basilares da Conferência de Bandung, notadamente: entender o apoio a luta de independência a outros povos que não a tinham conseguido; igualdade entre os países independentemente, e o respeito a soberania e integridade territorial (KIMCHE, 1969). Na Segunda Conferência Ásia-África (1964) realizada em Jakarta na Indonésia, a China investiu bastante nela; decidindo junto ao comitê que todos os países que eram membros da Organização da Unidade Africana (OUA) seriam convidados e representante de todos os movimentos de territórios não autogovernados reconhecidos pela OUA teriam o direito de ser escutados.

Após a Revolução Cultural (1966), a política interna ultra esquerdista chinesa impactou a sua política externa, “e o país começa a exportar a revolução para África.” (ASHAN, 2008, p. 23). Todavia, no mesmo ano na I Conferência de Solidariedade dos Povos da África, da Ásia e da América Latina (1966), sediada em Havana, na qual se discutia, dentre vários assuntos, a melhor forma dos países do eixo comunista e socialista de ajudar os movimentos de libertação africanos; Cabral apontou que a “libertação nacional e a revolução social não são mercadorias de exportação.” (VILLEN, 2013, p. 155). E, afirmou, “a nossa própria realidade não pode ser verdadeiramente transformada a não ser pelo

conhecimento concreto da mesma, pelos nossos esforços e pelos nossos sacrifícios.” (CABRAL apud VILLEN, 2013, p. 155).

Ressalva importante, pois, a sinergia entre o Partido Comunista Chinês (PCC) com alguns dos movimentos nacionais africanos não foi muito intensa. Entre 1967 a 1969, o PCC não conseguiu identificar o mesmo denominador de ideologia com alguns partidos, que ao mesmo tempo recebiam apoios e contribuições ideológicas da União Soviética. PCC recusou a cooperação com o PCT por considerar que não era um partido comunista (ANSHAN, 2008) mesma recusa foi dada a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) que não conseguiu estabelecer uma relação formal com o partido chinês.

A situação melhoraria com a liderança do premiê chinês Zhou Enlai; na sua viagem a África (1963/1964) ele afirmou, diferentemente dos soviéticos, que a África encontrava-se madura para a revolução comunista, e com isso prosseguiu na concessão de ajudas externas; dos 23 países que receberam 16 eram africanos. De uma forma mais detalhada logo após a independência “a China enviou para: Cabo Verde US\$ 17, 6 milhões (1976); Angola US\$ 22 milhões (1983) Guiné Bissau US\$ 18 milhões (1974); Moçambique US\$ 116 milhões e São Tomé e Príncipe US\$ 12 milhões (1975).” (BRÄUTIGAM, 1998, p. 45).

O objetivo da ajuda segundo o governo chinês era para a construção da auto capacidade daqueles países no combate ao imperialismo. No entanto, o seu périplo ao continente emitia também outros interesses; em 1969, China começa a enviar seus embaixadores a quase todos os países, com o objetivo de angariar o apoio para uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em 1971, o país se torna um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, cujo apoio dos países africanos foi importante. E em 1973, era enfático o apoio chinês a libertação nacional nos diversos países africanos, afirmando que a luta armada seria a única forma pela qual o colonialismo e as políticas segregacionistas e discriminação racial pudessem ser eliminados (LARKIN, 1973). Em 1974 o país enviara para a base de Frente Nacional de Libertação de Angola que ficava em Zaire (atual Congo Kinshasa) “112 assessores militares com 450 toneladas de armas.” (SILVA, 2008, p. 151). Esta ajuda foi crucial para que a Frente controlasse o norte de Angola, ainda que por pouco tempo. Este mesmo grupo de luta era financiado secretamente pelos Estados Unidos, por considerarem que o FNLA reuniria melhores condições para defender os seus interesses na região.

Contudo, a não identificação da ideologia comunista e a concomitante dubiedade chi-

nesa em relação a real causa desses partidos limitou que o PCC estabelecesse relações formais. De fato, no caso da UNITA de Angola, apresentava-se uma tendência pró Maoísta, plasmada nos discursos de Jonas Savimbi (CAPOCO, 2013, p. 112), ao mesmo tempo em que o líder do partido compartilhava finamente das ideias castristas, guevaristas e marxistas. Ao passo que Holden Roberto da UPA/FNLA- que depois passa a constituir uma das bases para a formação da própria UNITA- era visto como um ditador cujos interesses atendiam exclusivamente os países ocidentais.

Mesmo assim, de acordo com Ashan (2008) em julho de 1977, o presidente do partido Hua Guofeng solicitou ao departamento internacional e o Ministérios de Assuntos Exteriores, que analisassem as relações entre o partido chinês e os partidos africanos. Assim, em 1978, foram identificados os interesses de alguns partidos da África Subsaariana e no mesmo ano o departamento e o Ministério começaram a receber as delegações desses partidos. Isso marca uma inflexão nas relações entre China e os países africanos, pois, o PCC passa a relacionar não só com partidos comunistas, mas também com outros de perfis ideológicos existentes nesses países, ensaiando fortemente uma virada pragmática na sua política externa.

África do Sul

A África do Sul é um caso a parte, na sua relação com o processo de descolonização. O regime de apartheid (1948-1994) teve que lidar com dois problemas um regional e outro interno: regionalmente teve que barrar avanço de movimentos de esquerda no seu entorno, com medo do contágio interno e é justamente a vitória das ex-colônias portuguesas (Moçambique e Angola) que passa a alentar os movimentos internos do país. Destarte, reforçando a vigilância tanto interna quanto regional, acaba-se criando uma política "aparteísta", "uma visão política que já não mais diferencia ameaça interna e externa." (MENDONÇA, 2008, p. 35).

Em 1948, os nacionalistas conseguem o poder, através do Partido Nacional, instaurando como a sua política principal a apartheid, que decretava uma série de políticas de segregação, colocando os negros a margem da participação da política e dos benefícios sociais. A estratégia do regime segregacionista foi criar uma política de bantustão, território destinando à população negra de acordo com a sua etnia. E tinha como o objetivo, o domínio demográfico branco no país. Ainda que esta política tivesse sido iniciada no século XIX, sob o comando inglês, só na metade do século XX que seu resultado horrendo começou a habitar tanto o país quanto a região.

O país aumentou a repreensão nas duas bandas. A forma que os movimentos de esquerda

na região encontraram foi denunciar nas conversações do Grupo dos Não Alinhados as novas pretensões do país.

O regime desumano, racista e criminoso da África do Sul reforça o seu poderio bélico e sonha possuir a "arma fatal" que lhe permitiria silenciar e neutralizar os países africanos. O Grupo dos Não-Alinhados não pode ficar indiferente diante dessa pretensão diabólica. Deve agir política e diplomaticamente para evitar a todo o custo que o regime sul-africano venha a adquirir os segredos atômicos, o que seria uma ameaça para a paz mundial e para a segurança internacional. (UNIDADE e LUTA, 1978, p. 40).

O regime de apartheid apoiava alguns partidos e movimentos da direita no seu entorno. Ajudava a União Nacional para a Independência Total de Angola que era de direita; intervia também em Moçambique e Lesoto com ações de sabotagem e treinamento secreto. Um dos objetivos centrais da África do Sul seria fortalecer o seu entorno (norte de Namíbia e Sul de Angola) de uma possível aproximação comunista a região e de nacionalismo africano, e fazia da Namíbia a sua base para ataque à República Popular de Angola.

O apoio a esses movimentos e contra o avanço do comunismo na região foi estratégico no sentido de angariar apoio e simpatia dos países ocidentais ao regime. E de certa forma, transformara-se numa extensão da lógica ordenatória da Guerra Fria, há de se lembrar de que "a elite

dominante branca mantém vínculos tradicionais com a Europa Ocidental e mais recente com os EUA.” (MENDONÇA, 2000, p. 17). Como medidas, o país aprova em 1950 a Lei de Supressão do Comunismo e, no ano de 1956, solicita a União Soviética o encerramento da sua representação diplomática em Pretória, alegando o apoio soviético a propaganda comunista.

A política africana do Partido Nacional revelaria também um anseio de participar e ser reconhecido como potência regional no mesmo patamar que as potências coloniais. E queria posicionar como tal na região, em 1958, o país recusa o convite do primeiro ministro de Gana e líder Pan-Africanista Kwame Nkrumah para participar da Conferência dos Países Africanos independentes, justificando que as potências coloniais não foram convidadas. (MENDONÇA, 2008).

Enquanto, outros territórios ganhavam a independência, a África do Sul reprimia a tentativa interna do partido Congresso Nacional Africano na sua luta pela libertação. Este partido foi formado em 1912; nos anos de 1920 e 1930 houve um esforço moderado de seus líderes em engajar no governo de maioria branca e lutavam para ampliação dos direitos da pequena burguesia, inspirado na resistência pacífica de Gandhi. Mas a política do Congresso Nacional Africano não produziu resultados desejáveis; forçando o

partido a se tornar uma organização militante política, sob o comando de Nelson Mandela e colegas, que era apoiado também pelo Congresso dos Sindicatos Sul-africanos e o Partido Comunista Sul-Africano, além do apoio da Índia. De fato, com a independência dos países africanos, “dá-se uma explosão da resistência, que tomará novos contornos como o movimento da consciência negra de Steve Biko e a ação dos sindicatos negros.” (MENDONÇA, 2008, p. 35).

Na década de 1960, os ventos de mudança sopravam para toda a direção da África, inclusive para a África do Sul. O próprio Ministro Britânico, Harold Macmillan (1957-1963) discursou, apontando que “o crescimento da consciência nacional na África é um fato político, e nós devemos aceitar isso como tal.” (TALTON 2010, p. 1). E com a formação dos primeiros Estados independentes, o regime de apartheid vai sofrendo mais reprovação no sistema internacional.

O Partido Nacional tentou emular essas mudanças, principalmente com remodelação na constituição e na política, só que objetivavam o domínio do poder oligárquico branco sobre a população indígena negra (DEVENISH, 2013). Sendo assim, não constitui um processo genuíno de descolonização. Houve reação, pois a população negra percebeu que não fazia parte das estruturas políticas, culminando na intensa insatisfa-

ção e violência e teve resultado trágico. Neste sentido, o Congresso Nacional Africano reconheceu que do mesmo modo que a luta dos países da região fora uma luta armada, a luta contra o regime de apartheid teria que ser também armada, com objetivo de recuperar o poder.

Só que em 1960 acontece o horrendo massacre de Sharpeville, paralelamente, o partido de Mandela fora banido e os seus membros seguiram para exílio. Isso forçou o povo a duas opções, “ou canalizar as suas atividades políticas e as aspirações nas instituições políticas do regime, ou então optar pela atividade política revolucionária ilegal.” (DEVENISH, 2013, p. 21).

Em 1962, Mandela viaja para os países da África como forma de se inteirar melhor do processo de descolonização e se preparar militarmente em países como Nigéria, Botsuana, Etiópia e Libéria. No mesmo ano ele volta e passa a ser perseguido de novo pelo regime até a sua condenação em 1964, Mandela só foi libertado em 1990.

Esse período marca também o isolamento da África do Sul com a comunidade internacional, “o grande desafio da política exterior da nova África do Sul será, portanto, romper o auto isolamento travestido de marginalização.” (MENDONÇA 2000, p. 13). Ao passo que para o regime do país tratava-se de um isolamento relativo.

Na realidade, a Organização da Unidade Africana, fundada em 1963 anunciava aos seus estados membros que cessassem relações com o regime de apartheid e proibiu o sobrevo e pouso no continente para a companhia aérea sul-africana. Todavia, na década de 1970, vários países africanos enfrentavam crises econômicas advindas dos altos preços de petróleo. O caso paradigmático foi a relação entre Cabo Verde e África do Sul, nas vésperas da independência cabo verdiana, antes de 1975. A posição geoestratégica de Cabo Verde era importante para as escalas da companhia aérea sul-africana, onde era realizado por ano mais de quatrocentos voos de escalas. Com as sanções aplicadas ao regime de apartheid, a OUA solicitou a Cabo Verde que interrompesse a escala da companhia no seu território nacional. Mas, as escalas rendiam ao país mais de US\$ 25,4 milhões anuais, correspondente na altura a 31% do Produto Interno Bruto de Cabo Verde. De modo que essa receita era crucial a sobrevivência do país. Em 1978, a OUA aceitou o argumento de Cabo Verde numa lógica comercial e de sobrevivência econômica.

Na verdade, o primeiro Ministro sul-africano Hendrik Frensch Verwoerd (1958-1966) demonstrou como a comunidade internacional relacionava com a África do Sul em duas lentes:

Quando olhamos para o mundo ao nosso redor, achamos praticamente todas as nações condenando a nossa política. Encontramos organizações como as Nações Unidas, condenando-nos frequentemente em termos drásticos. De outro lado, quando o comércio está sob consideração, há uma grande apreciação do valor da África do Sul entre os países... Eles percebem que a África do Sul NÃO é um perigo a paz mundial. (TALTON, 2008, p. 2).

O primeiro ministro até que tentou aproximar dos países da África Subsaariana de uma forma gradativa e cautelosa, para acostumar a opinião pública branca à ideia, mas temia a possibilidade dos diplomatas desses países atuarem como "agentes das mudanças sociais" no país. (MENDONÇA, 2008).

De forma semelhante a outros países a participação militar da África do Sul em Angola transformou-se num erro estratégico, MPLA conseguiu a vitória, e vários governos da região que eram simpatizantes ao UNITA e a FNLA acabaram por reconhecer a legitimidade do governo do MPLA. Para os dirigentes sul-africanos o recuo das tropas nacionais aconteceu pela não colaboração dos EUA e da OTAN. De todo modo, a tentativa de barrar os movimentos de esquerda na região e internamente se mostrou um falhanço. Na região, embora a guerra civil tanto em Moçambique quanto em Angola, os partidos FRELIMO e MPLA respectivamente se sustentaram no poder. Internamente a insustentabilidade do regime e a concomitante soltura do

líder Nelson Mandela levaram a redemocratização do país em 1994.

Considerações finais

Observou-se que as lutas de libertação nacional tem que ser enquadradas dentro da lógica da Guerra Fria, onde blocos antagônicos disputaram diversas zonas de influências. Também, países menores atentaram para a conformação de objetivos nacionais; fosse ela a internacionalização das revoluções ou a realização de interesses econômicos.

A intervenção dos países analisados contribuiu significativamente pela vitória dos movimentos de libertação nacional africanos contra o jugo político colonial, enquanto conjugava-se a instauração de um novo modelo, provido por alguns dos aliados dos movimentos africanos. Entretanto, ao decorrer dos anos o ensaio a internacionalização das revoluções se mostrou difícil de concretizar. Por um lado ele foi brecado pela complexidade do continente africano; por outro lado, os dirigentes e os reais intelectuais "orgânicos" africanos que esforçaram para uma adaptação ou remodelação desses modelos à realidade africana foram assassinados ou depositos, no íterim da Guerra Fria.

De 1957, o ano da independência do Gana, a 1987 ao ataque do governo Thomas Sankara no Burkina-Faso trinta e cinco dirigen-

tes africanos nacionalistas e pan-africanistas foram assassinados, maioria pelos Estados Unidos e por seus aliados com ajuda de seus aliados locais. Líderes que estavam transformando estruturalmente os seus países, tais como: Patrice Lumumba (Congo Kinshasa, 1961), Eduardo Mondlane (Moçambique, 1969), Amílcar Cabral (Guiné-Bissau/Cabo Verde, 1973), Steve Biko (África do Sul, 1977), Samora Machel (Moçambique, 1986), Thomas Sankara (Burkina Faso, 1987). E os que por sorte, ou principalmente pela sua tenacidade escaparam da morte, foram derrubados por golpes de Estados como, Kwame Nkrumah (Gana, 1966), Mbodibo Keita (Mali, 1977), entre outros. (MOORE, 2010, p. 82-83). A perda desses líderes deixou os africanos órfãos de uma ideologia e de dirigentes orgânicos, culminando na fragmentação de movimentos políticos com ideais africanos, após esse período. Então, cria-se um vácuo de poder que foi preenchido por grupos e “elites” de poder, despidos de princípios e de projetos para o povo, e comandados pelas potências mundiais, reposicionando o continente ao eixo Norte, mais uma vez.

Do outro lado, percebeu-se que a atuação dos países do eixo Sul - aqueles abordados neste trabalho-, destoou em parte, do discurso oficial do Movimento dos Não Alinhados, a construção de uma solidariedade internacional; apesar da sua evocação, a solidariedade fora também transformada num baluarte a expansão de

interesses nacionais. E esse pensamento parece ecoar na atual relação entre BRICS e os países africanos, que a despeito de anunciar uma solidariedade econômica e até perdão de dívidas das economias africanas, essa relação mútua é fustigada pela crítica por reproduzirem pretensões imperialistas e mercantilistas.

Em 2011, o ex-primeiro-ministro da Etiópia, Meles Zenawi, discursando sobre a relação Índia-África, afirmou que o crescimento da África tem criado novas oportunidades para os parceiros africanos no Sul: quem tem dinheiro, tecnologia, e, sobretudo, quem for capaz de compreender o continente. Assim como no período da descolonização os países que formariam o BRICS não compreenderam a realidade do continente, parece que a atual crítica de serem imperialistas é forjada na mesma incompreensão das novas necessidades do continente.

Ou então, a análise é outra: eles não estão preocupados nos problemas africanos; em conhecer a complexidade do continente. Mas somente na realização de seus interesses nacionais, garantidos por meio de uma linguagem diplomática mais branda em comparação com a do Norte, até certo ponto. É importante lembrar que os chefes de estados dos países do Sul são também imbuídos por uma aura de pragmatismo, de modo que perseguem objetivos similares as do Norte na África. Entre o Consenso de Wa-

shington e o Consenso de Beijing há poucas mudanças. Os modelos político-econômicos dos BRICS encorajam também a industrialização doméstica, por meio da canalização de créditos às indústrias; exige aos investidores estrangeiros a transferência de tecnologia, a atuação externa prima pela reputação macroeconômica (BABB, 2012). Portanto, as mudanças podem ser vistas muito mais num prisma evolucionário do que revolucionário. Por conta da permanência desse quadro, sempre desfavorável às economias africanas, talvez, chegara o momento dos líderes africanos mudarem de comportamento, questionando incessantemente se a atuação dos países externos nos seus territórios beneficia infalivelmente as populações locais.

Referências

- ANSHAN, Li. China's New Policy toward Africa. In: ROTBERG, Robert I. **China into Africa: Trade, Aid, and Influence**. Massachusetts: World Peace of Foundation, 2008. p. 21-49.
- BABB, S. **The Washington Consensus as transnational policy paradigm**: Its origins, trajectory and likely successor. *Review of International Political Economy* [S.l.], v. 20, n. 2, 2012, p. 268-297.
- BERBOETS, Jeremy. "The Soviet Union in Angola Soviet and African Perspectives on the Failed Socialist Transformation. School of Russian and Asian Studies", 2011. Disponível em: <http://www.sras.org/the_soviet_union_in_angola>. Acesso em: 20 de maio de 2014.
- BETTS, Raymond F. **Decolonization**. New York: Taylor & Francis e-Library, 2004.
- BHATTACHARYA, Sanjukta Banerji. Engaging Africa: India's interests in the African continent, past and present. In: CHERU, Fantu; OBI, Cyril. **The Rise of China and India in Africa: Challenges, opportunities and critical interventions**. Suécia: Uppsala, 2010. p. 63-77.
- BRAUTIGAM, Deborah. **Chinese Aid and African Development: Exporting Green Revolution**. New York: Palgrave Macmillan, 1988.
- BRAUTIGAN, Deborah. **The Dragon's Gift**: The real story of China in Africa. New York: Oxford University Press, 2009.
- CABRAL, Amílcar. **Análise de alguns tipos de resistência**. Lisboa: Seara Nova, 1975. p. 15.
- CABRAL, Amílcar. Destruir a economia do inimigo e construir a nossa própria economia. In: **A prática revolucionária: unidade e luta**, v. II. Praia: Órgão de informação da comissão nacional de Cabo Verde do PAIGC, 1965.
- CABRAL, Amílcar. Teoria e Prática. In: **Unidade e Luta**, ano I, nº1. Praia: Órgão de informação da comissão nacional de Cabo Verde do PAIGC, 1976. p. 8.
- CAPOCO, Zeferino. **Nacionalismo e o Estado**: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991). 2013. 333 f. Tese (Doutorado) - Universidade Católica Portuguesa.
- CARMODY, Pádraig. **The Rise of the BRICS in Africa: The geopolitics of South-South relations**. London: Zed Books, 2013.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: UnB, 2002.
- CHACKO, P. **Indian Foreign Policy**: The politics of postcolonial identity from 1947 to 2004. London: Routledge, 2012.
- DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DAVIDSON, Basil. **La liberazione della Guinea**: aspetti di una rivoluzione africana, Torino: Einaudi, 1970.

DEVENISH, Ge. Cutting the apron strings: the South African experience of decolonisation. In: **TD The Journal for Transdisciplinary Research in Southern Africa**, 9(2) December 2013. p. 309-340.

DROZ, Bernard. **La décolonisation**. Paris: Documentation Française, 2008.

DUBEY, Ajay. Looking west 3: Africa In: SCOTT, David. (editor) **Handbook of India's International Relations**. Londres: Routledge, 2011. p. 189-200.

FILHO, Pio Penna; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 39, janeiro-junho, 2007. p. 57-81.

HAIFANG, Liu. China's development cooperation with Africa: historical and cultural perspectives. In: CHERU, Fantu; OBI, Cyril. **The Rise of China and India in Africa**: Challenges, opportunities and critical interventions. Suécia: Uppsala, 2010. p. 53-62.

KIMCHE, David. A África negra e o movimento de solidariedade dos povos afro-asiáticos. In: **Afro-Ásia**. N.ºs 8 e 9 (1969). p. 93-117.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Entrevista com René Hollenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LARKIN, Bruce D. China and Africa 1949-1970: **The foreign policy of the People's Republic of China**. London: University of California Press, Ltd., 1973.

MENDONÇA, Hélio Magalhães de. Política Externa da África do Sul (1945-1999). In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (org.) **África do Sul**: visões brasileiras. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2000. p. 11-100.

MOORE, Carlos. **A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010, (coleção Repensando África, volume 3).

MULIRA, James; THIAM, Iba Der. África e os países socialistas. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe.

(edit.) **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 27.

MUNGER, Edwin S. **Notes on the formation of South African foreign policy**. Pasadena: Castle Press, 1965.

NETO, Agostinho. **Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA**. Lisboa: Edições Avante, 1978.

PEREIRA, Carlos Lopes. "Socialismo ou neocolonialismo": As lutas de emancipação dos povos africanos e a actualidade do legado de Amílcar Cabral. Disponível em: <http://resistir.info/africa/c_lopes_pereira.html#asterisco>. Acesso em: 26 de maio de 2014.

PEREIRA, Daniel. **Das Relações Históricas Cabo Verde/Brasil**. Brasília: FUNAG, 2011.

POLO, Giambattista. Train de Vie. In: VILLEN, Patricia. **A crítica de Amílcar Cabral ao colonialismo**: Entre a harmonia e a contradição, 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 211-223.

PRAVDA. "A luta pela libertação dos PALOP - apoio da URSS/Rússia". Disponível em: <<http://port.pravda.ru/news/russa/29-06-2005/8176-0/?mode=print>>. Acesso em: 13 de maio de 2014.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África**: Outro Horizonte, 3.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SARAIVA José Flavio Sombra. **O lugar da África**: a dimensão atlântica da política Externa Brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília: editora UNB, 1996. (coleção relações internacionais).

SECCO, Lincoln. Prefácio. In: VILLEN, Patricia. **A crítica de Amílcar Cabral ao colonialismo**: Entre a harmonia e a contradição, 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Márcia Maro da. **A independência de Angola**. Brasília: FUNAG, 2007.

TALTON, Benjamin. "The Challenge of Decolonization in Africa". Disponível em: <<http://exhibitions.nypl.org/africanaage/essay-challenge-of-decolonization-africa.html>>. 2010. Acesso em: 20 de maio de 2014.

TAYLOR, Ian. "India's rise in Africa". In: **International Affairs**. N. 88: 4, 2012. p. 779-798.

UNIDADE E LUTA. **Movimentos dos Não Alinhados: De Budapeste a Colombo**. Ano II, nº 12, 1978. p. 37-42.

VILLEN, Patricia. **A crítica de Amílcar Cabral ao colonialismo: Entre a harmonia e a contradição**, 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Recebido em: 10/10/ 2014

Aceito em: 22/11/2014.